

José Carlos de Araújo Almeida Filho

PROCESSO ELETRÔNICO

e Teoria Geral do Processo Eletrônico

A Informatização
Judicial no Brasil

5ª edição

Revista e atualizada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

Foto de capa: Mikko Lemola/Shutterstock

1ª edição – 2007/ 2ª edição – 2008/ 3ª edição – 2010/ 4ª edição – 2012

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Almeida Filho, José Carlos de Araújo, 1967 –

Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil / José Carlos de Araújo Almeida Filho. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Apêndices

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5223-5

1. Direito e informática. 2. Direito processual – Processamento eletrônico de dados. 3. Tecnologia e direito. I. Título.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota do autor.....	17
Apresentação à 5ª edição Dr. Delton R. S. Meirelles.....	23
Apresentação Prof.ª Ada Pellegrini Grinover	25
Apresentação Prof. Luiz Rodrigues Wambier.....	27
Apresentação Des. Décio Meirelles Góes	29
Prefácio José Eduardo Cardozo.....	31
Abreviaturas e termos técnicos	37

PARTE I

I. Sociedade, Sociedade da Informação e Direito.....	43
I.1. Existe Sociedade sem Estado?	43
I.1.1. A Ideia de Sociedade e a Sociedade da Informação.....	47
I.1.2. A Quebra das Barreiras Geofísicas sem Guerra – A Verdadeira Quebra de Paradigma e a Necessidade de Enfrentamento pelo Direito. Uma Nova Sociedade da Informação.....	5
I.2. A Possibilidade de Ineficácia das Decisões Judiciais diante do Direito Material	52
I.3. A Função do Direito Processual e o Acesso à Justiça – Uma Visão diante da Concretização do Processo Eletrônico	54
I.3.1. A Terceira Onda de Cappelletti e o Acesso à Justiça através do Processo Eletrônico	55
I.4. O Processo Eletrônico como Forma de Solucionar Conflitos da Era Eletrônica.....	58
II. O Direito e as Novas Tecnologias.....	61
II.1. A Adoção de Meios Eletrônicos no Brasil.....	61
II.1.1. Breve Retrospectiva no Processo Civil.....	62
II.1.2. Breve Retrospectiva no Processo Penal.....	66
II.1.3. Breve Retrospectiva no Processo do Trabalho	72
II.1.4. Breve Retrospectiva no Processo Administrativo.....	76
III. Poder – Intervenção Estatal – Jurisdição.....	83
III.1. A Ideia de Poder.....	83

III.2. A Intervenção Estatal.....	85
IV. Direito Material Eletrônico e Direito Processual.....	89
IV.1. Definição de Direito Eletrônico.....	89
IV.1.1. Direito da Informática ou Direito Eletrônico?	92
IV.1.2. A Emenda Constitucional 45/2004 e o Direito Eletrônico.....	94
IV.2. O Direito Processual	99
V. Jurisdição.....	103
V.1. Uma Nova Sistematização da Jurisdição.....	106
V.1.1. Justificando a Ideia de uma Nova Jurisdição.....	110
V.2. Princípios Inerentes à Jurisdição – Aplicação ao Processo Eletrônico	112
V.2.1. Princípio da Investidura.....	113
V.2.2. Princípio da Aderência ao Território	113
V.2.3. Princípio da Indelegabilidade.....	114
V.2.4. Princípio da Inevitabilidade.....	115
V.2.5. Princípio da Inafastabilidade	115
V.2.6. Princípio do Juiz Natural	116
V.2.7. Princípio da Inércia Judicante.....	117
V.3. Outros Princípios Processuais.....	117
V.3.1. Princípio do Devido Processo Legal	118
V.3.2. Princípio da Imparcialidade do Juiz	122
V.3.3. Princípio da Igualdade.....	122
V.3.4. Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.....	123
V.3.5. Princípio da Ação	130
V.3.6. Princípios da Disponibilidade e Indisponibilidade.....	130
V.3.7. Princípios do Dispositivo e da Livre Investigação das Provas.....	130
V.3.7.1. Ressalva ao Princípio – Necessidade de Aprofundamento na Prova. Direito Processual Penal.....	133
V.3.8. Princípio da Oralidade – Sua Posição no Processo Eletrônico.....	134
V.3.9. Princípio da Motivação das Decisões Judiciais	135
V.3.10. Princípio da Publicidade. Necessidade de Relativização.....	136
V.3.11. Princípio da Lealdade Processual.....	149
V.3.12. Princípios da Instrumentalidade e da Economia Processual – Visão Geral sobre o Processo Eletrônico	150
V.3.13. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	150
VI. Competência	153
VI.1. Competência Absoluta e Relativa. Algumas Considerações	155
VI.1.1. Competência de Foro.....	157
VI.1.2. Competência de Juízo.....	161

VII. Ação – Processo – Lide	163
VII.1. Conceito de Ação.....	163
VII.1.1. Consideração Importante acerca do Processo Eletrônico	165
VII.2. Condições da Ação	167
VII.2.1. Possibilidade Jurídica do Pedido.....	168
VII.2.2. Interesse de Agir	169
VII.2.3. Legitimidade <i>Ad Causam</i>	170
VIII. Processo e Procedimento	173
VIII.1. As Influências no Processo Eletrônico	175
VIII.2. O Procedimento Eletrônico	178
VIII.3. Os Tipos de Processo.....	179
VIII.3.1. O Processo de Conhecimento e o Procedimento Eletrônico	180
VIII.3.2. O Processo Cautelar e o Procedimento Eletrônico.....	183
VIII.3.3. O Processo de Execução e o Procedimento Eletrônico....	183
IX. Pressupostos Processuais – Mais um?	187
IX.1. Pressupostos Processuais de Existência	187
IX.2. Pressupostos Processuais de Validade	190
IX.3. Pressupostos Negativos	192
X. Atos Processuais e Princípio da Instrumentalidade. A Teoria da Deformalização Defendida por Cândido Rangel Dinamarco e o Processo Eletrônico.....	193
X.1. Atos Processuais. Conceito	193
X.1.1. Atos Judiciais.....	194
X.1.2. Atos dos Auxiliares da Justiça.....	195
X.1.3. Atos das Partes	197
X.2. Deformalização do Processo. A Posição do Prof. Cândido Rangel Dinamarco	197
X.3. A Informatização Judicial no PLS 166/2010 e os Atos Processuais.....	200
X.4. Uma Nova Concepção acerca da Natureza Jurídica dos Atos Processuais....	202
XI. Assinatura Digital. Um Importante Elemento no Processo Eletrônico. E uma Polêmica	213
 PARTE II	
XII. A Inserção do Processo Eletrônico	219
XII.1. O Projeto de Lei do Processo Eletrônico.....	219
XII.2. Da Informatização do Processo Judicial.....	227

XII.2.1. O Uso dos Meios Eletrônicos	227
XII.2.1.1. Art. 1º	227
XII.3. Documento Eletrônico e Ato Processual	229
XII.4. Aplicação ao Processo Civil, do Trabalho e Penal	233
XII.4.1. Definições Legais	237
XII.4.2. A Transmissão Eletrônica	241
XII.4.3. Art. 2º	241
XII. Os Atos e os Prazos Processuais	243
XIII.1. Art. 3º	243
XIII.2. O Desperdício Legislativo e a Possibilidade de Redução dos Prazos da Fazenda	247
XIII.3. Para uma Idealização dos Atos Processuais por Meios Eletrônicos... ..	249
XIII.3.1. As Nulidades no Processo Eletrônico	252
XIII.3.2. A Privacidade do Cidadão diante do Processo Eletrônico	253
XIV. Comunicação dos Atos Processuais	255
XIV.1. Art. 4º	257
XIV.2. A Intimação das Partes e a Incoerência do Texto Legal	260
XIV.2.1. Art. a 5º	260
XIV.2.2. As Formas de Comunicação dos Atos no Processo Eletrônico	264
XIV.3. Arts. 5º a 7º	264
XIV.3.1. As Intimações no Processo Eletrônico	266
XIV.4. As Citações no Processo Eletrônico	268
XV. As Cartas por Meio Eletrônico	271
XV.1. As Precatórias por Meio Eletrônico	271
XV.1.1. Uma Ideia para o <i>Modus Operandi</i> das Precatórias <i>On-Line</i>	275
XVI. O Processo Eletrônico	277
XVI.1. Arts. 8º a 13	277
XVI.2. Comunicação dos Atos Processuais – Repetição do Capítulo II da Lei do Processo Eletrônico. A Intervenção de Terceiros não Prevista	283
XVI.3. A Insegurança dos Sistemas de Informação em Rede. Novamente a Questão da Citação	285
XVI.4. Distribuição, Digitalização de Documentos e Conservação dos Autos	287
XVI.5. Documentação Eletrônica, Armazenamento de Dados e Segredo de Justiça	291
XVI.6. Art. 11	293

XVI.7. Art. 12.....	300
XVI.7.1. A Redação do § 2º e a Confusão Desdobrada no § 3º.....	303
XVI.8. O Art. 13.....	304
XVII. A Parte Final da Lei – Disposições Finais	309
XVII.1. Art. 14.....	310
XVII.2. Art. 15.....	313
XVII.3. Art. 16.....	315
XVII.4. Art. 17 (Vetado).....	315
XVII.5. Art. 18.....	318
XVII.6. Art. 19.....	320
XVII.7. Art. 20.....	322
XVII.8. Art. 21 (Vetado).....	331
XVII.9. Art. 22 – <i>Vacatio Legis</i>	332
PARTE III	
XVIII. As Regulamentações do CNJ e do TST.....	333
XIX. O Monitoramento Eletrônico dos Presos: Uma Análise do Sistema Pátrio e do Sistema Português. Propostas para uma Regulamentação do Monitoramento Eletrônico dos Presos.....	339
XIX.1. O Monitoramento Eletrônico como Forma de se integrar às Regras Mínimas da ONU. Debate sobre a Transferência de Responsabilidade do Estado para a Família.....	349
XIX.2. O Sistema Português como Forma de uma Política de Monito- ramento. Análise do Direito Comparado	351
XIX.3. Violência Doméstica e Monitoramento Eletrônico de Presos. Prática Adotada em Portugal e Esperança de Adoção no Brasil....	352
XX. O Processo Eletrônico Não Desumaniza a Relação	357
XX.1. Humano, Demasiadamente Eletrônico. Eletrônico, Demasiadamente Humano.....	357
XX.2. A Humanização através dos Meios Cibernéticos. Necessidade de Conscientização.....	360
XX.3. Efetividade do Processo através dos Canais Informáticos. Am- pliação da Humanização do Processo	362
XX.4. Por uma Política Internacional de Conscientização.....	366
XX.5. Conclusões.....	366
Posfácio	367

Bibliografia	379
Periódicos.....	384
Internet.....	384

ADENDO

Adendo I – Decisão Proferida em Sede de <i>Habeas Corpus</i>	385
Adendo II – Sítio de Editor que Viola Decisão do Supremo Tribunal Federal e Comercializa Obras com Conteúdos Racista e Antissemita	387
II.1. Relação de Livros Vendidos, ainda que Proibidos.....	389
Adendo III – Pacto Republicano em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano	390
III.1. Implementação da Reforma Constitucional do Judiciário	391
III.2. Reforma do Sistema Recursal e dos Procedimentos.....	391
III.3. Defensoria Pública e Acesso à Justiça	391
III.4. Juizados Especiais e Justiça Itinerante	392
III.5. Execução Fiscal.....	392
III.6. Precatórios	392
III.7. Graves Violações contra Direitos Humanos	393
III.8. Informatização	393
III.9. Produção de Dados e Indicadores Estatísticos	393
III.10. Coerência entre a Atuação Administrativa e as Orientações Jurisprudenciais já Pacificadas	394
III.11. Incentivo à Aplicação das Penas Alternativas.....	394
Adendo IV – Íntegra da Decisão Proferida em Sede de Mandado de Segurança – Determinação de Utilização do <i>E-Proc</i> – TRF da 4ª Região	395
Adendo V – Termo de Ajustamento de Conduta	403
Adendo VI – Partes do E-mail do Juiz Sérgio Tejada.....	411
Adendo VII – Primer Congreso Judicial: “Por una Propuesta de Justicia para el Siglo XXI”	416
Introducción	416
I. El Exhorto Por Medio Electrónico	418
II. La Necesidad De Seguridad Y Firma Digital Avanzada y una Definición del Documento Electrónico.....	420

III. Una Propuesta para una Política Eficaz en el Mercosur.....	423
IV. Conclusiones y Recomendaciones.....	425
Referencia Bibliográfica	425
Adendo VIII – Propostas para uma Execução por Meio Eletrônico	430

TEXTOS

Texto I – Visita ao Brasil de Leandro Despouy, Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a Independência dos Juízes e Advogados.....	449
I.1. Agradecimentos e Dados Gerais sobre a Visita.....	449
I.2. Aspectos Gerais e Especificidades Regionais	450
I.3. A Reforma.....	451
I.4. Experiências Positivas.....	452
I.5. Recomendações	453
Texto II – Mensagens Trocadas entre os Professores Fernando Galindo, José Carlos de Araújo Almeida Filho e o Juiz Rômulo de Araújo Mendes	454
Texto III – O Estado como Superparte no Processo	455
III.1. Introdução.....	456
III.2. O Estado e o Conceito de Estado Democrático de Direito a Partir de um Princípio Iluminista	458
III.2.1. O Estado Medieval.....	461
III.2.2. O Poder nas Mãos do Soberano.....	463
III.2.3. As Corporações de Ofício.....	464
III.2.4. Críticas ao Corporativismo	465
III.3. O Princípio da Isonomia	466
III.3.1. A Necessidade dos Desiguais	469
III.3.2. O Estado é Desigual	469
III.4. O Estado como Superparte no Processo Civil.....	471
III.4.1. O Processo Civil Constitucional.....	472
III.4.2. O Princípio da Igualdade em Matéria Processual	472
III.4.3. A Posição do Supremo Tribunal Federal	473
III.4.4. Os Juizados Especiais Federais e a Inexistência da Norma Protetiva Concedida ao Estado	475

III.5 Conclusão	476
III.6. Bibliografia	477

JURISPRUDÊNCIA

Decisão do STJ – Publicidade de Atos na Internet	479
Furto e Internet – Competência.....	481
Pedofilia. Competência.....	482
Competência. Internet. Banco do Brasil. Justiça Estadual.....	483
Competência. Marca. INPI	483
Código de Defesa do Consumidor. Alegação de Hipossuficiência.....	484
Conflito de Competência. Local do Crime. <i>E-mail</i>	484
Sabotagem Informática.....	485
Interrogatório <i>On-line</i>	487

PARECER

Parecer sobre Intimação Eletrônica	489
I. Considerações Preliminares	489
I.1. O Sistema Eletrônico	491
I.2. Os Juizados Especiais Federais.....	493
I.3. Meios Eletrônicos nos Juizados Especiais.....	493
I.4. O Princípio da Instrumentalidade do Processo	493
II. Mérito do Estudo.....	494
II.1. Citações/Intimações Eletrônicas nos Juizados Especiais Federais.....	494
II.2. Substituição do Livro de Sentença por Arquivo em Meio Eletrônico.....	495
III. Anexo	498
III.1. Estrutura.....	498
III.2. Procedimentos	498
Consolidação Normativa	498
IV. Dos Livros Cartorários.....	498